

CONTRATO DE AGENTE AUTORIZADO

A) BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de gestora dos fundos de investimento indicados no Anexo I, Sociedade por Ações, com sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no endereço, Av. República do Chile, nº 330, 7º e 8º

andares, Torre Oeste - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 30.822.936/0001-69, neste ato devidamente representado conforme seus atos societários, doravante denominado simplesmente como “**GESTOR**”; e

B) Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.323.351/0001-94, neste ato devidamente representada conforme seus atos societários, doravante denominada simplesmente como “**AGENTE AUTORIZADO**” e, em conjunto com o **GESTOR**, as “Partes”.

Considerando que:

- (a) o **GESTOR** é gestor dos fundos de investimento em índice de mercado regulados pela Resolução nº 175 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 23 de dezembro de 2022, ou eventual regulamentação posterior que venha alterá-la ou substituí-la, indicados no Anexo I deste Contrato de **AGENTE AUTORIZADO** (“Contrato” e cada qual “FUNDO” ou, em conjunto, “FUNDOS”, respectivamente);
- (b) o **AGENTE AUTORIZADO** é uma corretora de títulos e valores mobiliários devidamente autorizada a atuar como intermediária de títulos e valores mobiliários, podendo, para tanto, realizar a integralização e resgate das cotas dos FUNDOS mediante instruções recebidas de seus clientes (“Clientes”);

As Partes ajustam o que segue:

1. OBJETO

- 1.1.** O **AGENTE AUTORIZADO**, nos termos deste Contrato, apresentará ao **GESTOR** as Ordens de Integralização (conforme abaixo definido) e Ordens de Resgate (conforme abaixo definido) recebidas dos Clientes que preencham os requisitos do público alvo do FUNDO.
- 1.2.** Para os efeitos deste Contrato e conforme permitido por lei:
 - (i) entende-se por “Ordem de Integralização” uma ordem emitida pelo **AGENTE AUTORIZADO**, por solicitação dos Clientes, para que o FUNDO emita um Lote Mínimo de Cotas (conforme abaixo definido) ou múltiplos de Lotes Mínimos de Cotas em contraprestação à entrega de uma ou mais Cestas pelo **AGENTE AUTORIZADO** agindo em nome dos Clientes;
 - (ii) entende-se por “Ordem de Resgate” uma ordem emitida pelo **AGENTE AUTORIZADO**, por solicitação dos Clientes, para que o FUNDO entregue uma ou mais Cestas (conforme abaixo definido) em contraprestação à entrega de um Lote Mínimo de Cotas ou múltiplos Lotes Mínimos de Cotas pelo **AGENTE AUTORIZADO** agindo em nome dos Clientes;
 - (iii) entende-se por “Lote Mínimo de Cotas” o lote padrão de cotas que possa ser emitido ou entregue ao FUNDO, respectivamente, conforme uma Ordem de Integralização ou Ordem de Resgate nos termos dos respectivos regulamentos dos FUNDOS;
 - (iv) entende-se por “Cesta” a composição de ativos e/ou de moeda corrente nacional, conforme definição no respectivo regulamento de cada FUNDO, a serem entregues pelos Cotistas

(conforme abaixo definido) ou pelo FUNDO para fins de integralização ou resgate de Lotes Mínimos de Cotas, respectivamente;

- (v) entende-se por “Cotista” o Cliente do **AGENTE AUTORIZADO** que detenha cotas de qualquer dos FUNDOS.

2. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO AGENTE AUTORIZADO

2.1. O AGENTE AUTORIZADO obriga-se a:

- (i) cumprir fielmente as orientações fornecidas pelo **GESTOR** no âmbito deste Contrato;
- (ii) cumprir fielmente as disposições deste Contrato, dos regulamentos dos FUNDOS (conforme aplicável), bem como da legislação, regulação e autorregulação aplicáveis, cujos termos declara conhecer, tendo, inclusive, recebido, neste ato, cópia dos regulamentos dos FUNDOS;
- (iii) comunicar prontamente ao **GESTOR** eventual descumprimento de qualquer disposição constante dos regulamentos dos FUNDOS, da legislação, da regulação ou da autorregulação aplicáveis a que der causa;
- (iv) notificar o **GESTOR** prontamente caso perca a habilitação para realizar a atividade de intermediação de títulos e valores mobiliários, sem prejuízo do disposto na cláusula 12 deste Contrato;
- (v) assumir integral responsabilidade pela regularidade e guarda da documentação cadastral dos Clientes que venham a realizar Ordens de Integralização e Ordens de Resgate, nos estritos termos da regulamentação em vigor, bem como pelo cumprimento de todas as exigências legais quanto à referida documentação cadastral, notadamente conferência e verificação de autenticidade;
- (vi) sempre que solicitado por escrito, fornecer as informações cadastrais dos Clientes diretamente ao Banco Central do Brasil, à CVM e/ou aos demais órgãos competentes que estejam munidos de autorização hábil e revestida das formalidades legais, em especial aquelas relativas ao sigilo bancário, ainda que tais informações sejam solicitadas por tais órgãos ao **GESTOR**;
- (vii) realizar os procedimentos definidos na legislação que trata da prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores;
- (viii) fornecer ao **GESTOR**, na forma e prazo por este solicitado, qualquer dado ou informação de que disponha e que possa ser necessária à elaboração de documentos ou informes fiscais relativos aos Clientes, caso exigidos pela legislação aplicável;
- (ix) enviar ao **GESTOR** documentação comprobatória de que disponha acerca de eventual Cliente que seja submetido à regra de isenção, imunidade ou à alguma condição de suspensão da exigibilidade tributária sempre que houver eventos tributáveis em relação a tais Clientes;
- (x) apresentar ao **GESTOR** Ordens de Integralização e Ordens de Resgate em conformidade com as solicitações dos Clientes, com as disposições deste Contrato, com o regulamento dos FUNDOS e com os procedimentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”);
- (xi) fornecer aos Clientes interessados informações referentes à compensação e liquidação das cotas dos FUNDOS, inclusive horários limites para o recebimento de Ordens de Integralização, Ordens de Resgate e da Cesta, bem como os custos referentes ao não cumprimento de transações junto à B3;

- (xii) arcar com eventuais custos e despesas decorrentes de Ordens de Integralização e Ordens de Resgate que sejam posteriormente canceladas pelo **AGENTE AUTORIZADO** ou pelos Clientes;
- (xiii) enviar aos Clientes, após a realização de Ordem de Integralização, comunicação contendo a data da integralização, quantidade de Lotes Mínimos de Cotas subscritas e o valor bruto de liquidação das Ordens de Integralização;
- (xiv) enviar aos Clientes, após a realização de Ordem de Resgate, comunicação contendo a data do resgate, quantidade de Lotes Mínimos de Cotas resgatadas e o valor bruto ou a descrição dos ativos correspondentes, conforme o caso, referente à liquidação da Ordem de Resgate;
- (xv) enviar aos Clientes os informes fiscais exigidos pela legislação em vigor, preparados pelo **GESTOR**;
- (xvi) verificar, sempre que necessário, a adequação dos Clientes ao público alvo do FUNDO;
- (xvii) não se engajar em “esforços dirigidos” de venda (*directed selling efforts*), tanto no mercado primário quanto no mercado secundário, das cotas do FUNDO a investidores norte-americanos nos termos da *Regulation S* da *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ou “esforços dirigidos” similares a investidores não residentes no Brasil de outras jurisdições que estabeleçam restrições semelhantes; e
- (xviii) sem prejuízo ao disposto nos itens acima, não vender (colocação primária) e não intermediar (no mercado secundário) cotas do FUNDO para pessoas consideradas *U.S. Persons* nos termos da *Regulamentação “S”* do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, bem como a sempre observar a referida *Regulamentação “S”* em qualquer venda de cotas do Fundo por meio do **AGENTE AUTORIZADO**.

2.2. O **AGENTE AUTORIZADO** declara, conforme permitido por lei:

- (i) que fornecerá prontamente ao **GESTOR**, quando solicitado por escrito, os dados e documentos cadastrais dos Clientes que vierem a realizar Ordens de Integralização e Ordens de Resgate, obrigando-se, também, a encaminhar referidos documentos às autoridades competentes, se assim solicitado, hipótese em que comunicará imediatamente ao **GESTOR**, exceto se da ordem encaminhada pela autoridade competente constar vedação nesse sentido;
- (ii) assumir integral responsabilidade pelas obrigações por este assumidas na cláusula 2.1 acima, em especial no que se refere a prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores;
- (iii) ter ciência de que todas as movimentações de integralização e resgate de cotas dos FUNDOS serão liquidadas na conta de custódia centralizada de cada um dos FUNDOS mantidas pelo administrador do FUNDO e informadas no Anexo I deste Contrato.

3. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO GESTOR

3.1. O **GESTOR** obriga-se a:

- (i) acatar, por intermédio da B3, as Ordens de Integralização e Ordens de Resgate realizadas pelo **AGENTE AUTORIZADO** que tenham sido feitas em conformidade com os procedimentos definidos neste Contrato, no regulamento dos FUNDOS, nos manuais e regulamentos da B3 e na regulamentação aplicável;

- (ii) abrir e manter junto ao **AGENTE AUTORIZADO** contas correntes para cada um dos FUNDOS, as quais não estarão sujeitas a taxas ou comissões para manutenção ou para execução das Ordens de Integralização e Ordens de Resgate junto à B3;
- (iii) repassar ao **AGENTE AUTORIZADO**, quando aplicável e de acordo com o previsto no regulamento do FUNDO, distribuições declaradas e não pagas quando de seu recebimento de Ordem de Resgate, mediante emissão de recibo em nome do Cotista;
- (iv) fornecer ao **AGENTE AUTORIZADO** quaisquer informações e documentos que devam ser encaminhados pelo **AGENTE AUTORIZADO** aos Clientes; e
- (v) comunicar ao **AGENTE AUTORIZADO** eventuais alterações nos regulamentos dos FUNDOS com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

4. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA A INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

4.1. A integralização de cotas dos FUNDOS obedecerá aos seguintes procedimentos operacionais, além de outros que possam ser estabelecidos nos regulamentos dos FUNDOS:

- (i) registro da Ordem de Integralização no sistema de ordens e liquidação da B3 pelo **AGENTE AUTORIZADO**, o qual deverá ser realizado somente nos dias úteis, até o horário limite para realização de ordens definido no regulamento de cada FUNDO e nos manuais e regulamentos da B3. Caso a política do FUNDO tenha por objetivo refletir as variações de rentabilidade de índices internacionais por meio do investimento preponderante em cotas de fundo de índice estrangeiro, o conceito de dia útil exigirá que o dia também seja considerado útil na jurisdição na qual as cotas do fundo de índice estrangeiro são negociadas, de acordo com o previsto no regulamento do FUNDO, ou seja, o dia em que a respectiva bolsa no exterior, na qual as cotas do fundo de índice estrangeiro são negociadas, esteja aberta para negociação;
- (ii) conforme aplicável, declaração, pelo **AGENTE AUTORIZADO**, de que possui a totalidade dos títulos e valores mobiliários ou do montante em moeda corrente nacional necessários para realizar a Ordem de Integralização em suas contas próprias ou de seu(s) Cliente(s), nos termos da última Cesta divulgada pela B3;
- (iii) conforme aplicável, após a aceitação da Ordem de Integralização pelo **GESTOR** na B3, o **AGENTE AUTORIZADO** entregará, por meio da B3, uma Cesta para cada Lote Mínimo de Cotas solicitado. No caso de a Cesta ser composta por moeda corrente nacional, o valor em moeda corrente nacional correspondente à Cesta deverá ser creditado pelo **AGENTE AUTORIZADO** na conta corrente do FUNDO indicada no Anexo I;
- (iv) conforme aplicável, após o recebimento dos componentes da Cesta (ativos financeiros e/ou valor em moeda corrente nacional, de acordo com o previsto no regulamento do FUNDO) por meio da B3, e cumpridos os demais requisitos mencionados acima, o administrador do FUNDO transferirá para a conta do **AGENTE AUTORIZADO** ou para a conta própria do Cotista, conforme solicitado pelo **AGENTE AUTORIZADO**, por meio da B3, a quantidade de Lotes Mínimos de Cotas mencionada na Ordem de Integralização;
- (v) a diferença (positiva ou negativa) entre (i) o valor da Cesta divulgada pelo administrador dos FUNDOS na abertura do dia útil e (ii) o valor de fechamento da Cesta, deverá ser cobrada do Cotista ou creditada em favor do Cotista, de acordo com o resultado desta diferença, pelo **AGENTE AUTORIZADO** por meio da B3, nos termos previstos no respectivo regulamento dos FUNDOS, ficando, desde já, o **AGENTE AUTORIZADO** responsável pelo tempestivo pagamento deste valor no caso de inadimplemento do Cotista; e

- (vi) caso o FUNDO estabeleça cobrança de taxa de ingresso, esta deverá ser cobrada do Cotista pelo **AGENTE AUTORIZADO** por meio da B3, nos termos definidos no regulamento do FUNDO, ficando, desde já, o **AGENTE AUTORIZADO** responsável pelo tempestivo pagamento da taxa no caso de inadimplemento do Cotista.

4.2. O resgate de cotas dos FUNDOS obedecerá aos seguintes procedimentos operacionais, além de outros que possam ser estabelecidos nos regulamentos dos FUNDOS:

- (i) registro da Ordem de Resgate na B3 pelo **AGENTE AUTORIZADO**, o qual deverá ser realizado somente nos dias úteis, até o horário limite para realização de ordens definido no regulamento de cada FUNDO e nos manuais e regulamentos da B3. Caso a política do FUNDO tenha por objetivo refletir as variações de rentabilidade de índices internacionais por meio do investimento preponderante em cotas de fundo de índice estrangeiro, o conceito de dia útil exigirá que o dia também seja considerado útil na jurisdição na qual as cotas do fundo de índice estrangeiro são negociadas, de acordo com o previsto no regulamento do FUNDO, ou seja, o dia em que a respectiva bolsa no exterior, na qual as cotas do fundo de índice estrangeiro são negociadas, esteja aberta para negociação;
- (ii) conforme aplicável, declaração, pelo **AGENTE AUTORIZADO**, de que possui os Lotes Mínimos de Cotas necessários para realizar a Ordem de Resgate e que, até a data da entrega, tais lotes não estão emprestados a terceiros;
- (iii) fornecimento, pelo **AGENTE AUTORIZADO** ao **GESTOR**, dos dados cadastrais e das cópias dos documentos cadastrais dos Clientes, bem como, no prazo solicitado pelo **GESTOR**, do custo de aquisição das cotas objeto de resgate e das notas de corretagem dos ativos da Cesta, para elaboração de documentos e informes fiscais dos Clientes;
- (iv) conforme aplicável, após a aceitação da Ordem de Resgate pelo **GESTOR** na B3, o **AGENTE AUTORIZADO** entregará, por meio da B3, a quantidade de Lotes Mínimos de Cotas a serem resgatados;
- (v) conforme aplicável, após o recebimento da quantidade de Lotes Mínimos de Cotas por meio da B3 e cumpridos os demais requisitos mencionados acima, o **GESTOR** transferirá para a conta do **AGENTE AUTORIZADO** ou para a conta própria do Cotista, conforme solicitado pelo **AGENTE AUTORIZADO**, por meio da B3, as Cestas que refletem a quantidade de ativos financeiros e/ou de moeda corrente nacional mencionada na Ordem de Resgate;
- (vi) no caso de resgate por parte de Clientes sujeitos à tributação na fonte, o **AGENTE AUTORIZADO** deverá transferir para a conta indicada pelo Gestor (Banco 001 Ag: 1769-8 CC: 713.175-5) eventuais valores de impostos, apurados pelo **GESTOR**, recolhidos dos Clientes;
- (vii) a diferença (positiva ou negativa) entre (i) o valor da Cesta divulgada pelo **GESTOR** na abertura do dia útil e (ii) o valor de fechamento da Cesta, deverá ser cobrada do Cotista ou creditada em favor do Cotista, de acordo com o resultado desta diferença, pelo **AGENTE AUTORIZADO** por meio da B3, nos termos previstos no regulamento dos FUNDOS, ficando, desde já, o **AGENTE AUTORIZADO** responsável pelo tempestivo pagamento deste valor no caso de inadimplemento do Cotista; e
- (viii) caso o FUNDO estabeleça cobrança de taxa de saída, esta deverá ser cobrada do Cotista pelo **AGENTE AUTORIZADO** por meio da Câmara B3, nos termos definidos no regulamento do FUNDO, ficando, desde já, o **AGENTE AUTORIZADO** responsável pelo tempestivo pagamento da taxa no caso de inadimplemento do Cotista.

4.3. O **AGENTE AUTORIZADO** declara-se ciente de que:

- (i) Ordens de Integralização ou Ordens de Resgate realizadas após o respectivo horário limite definido nos regulamentos dos FUNDOS e/ou nos manuais e regulamentos da B3 não serão acatadas;
- (ii) o **GESTOR** apenas aceitará Ordens de Integralização ou Ordens de Resgate que tenham sido previamente registradas e aceitas pela B3;
- (iii) caso a Cesta, no caso de integralização, ou o Lote Mínimo de Cotas, no caso de resgate, não sejam entregues pelo **AGENTE AUTORIZADO** nos termos dos procedimentos descritos nas cláusulas 4.1, 4.2 e 4.3 acima e/ou nos regulamentos dos FUNDOS, a respectiva Ordem de Integralização ou Ordem de Resgate será cancelada e o **AGENTE AUTORIZADO** arcará com os custos e despesas decorrentes do cancelamento da ordem junto à B3, bem como com perdas a que tenha dado causa referentes a eventual valorização ou desvalorização dos ativos, observado o disposto na cláusula 13 deste Contrato;
- (iv) na hipótese de existência de diferenças financeiras positivas na avaliação de títulos e valores mobiliários (“Valores de Diferenças de Avaliação”) quando da realização de Ordem de Integralização, o **AGENTE AUTORIZADO** deverá repassar ao **GESTOR** eventuais dividendos ou distribuições a serem pagos (seja em dinheiro ou espécie), se houver; e
- (v) na hipótese de existência de Valores de Diferenças de Avaliação quando da realização de Ordem de Resgate, o **GESTOR** deverá repassar ao **AGENTE AUTORIZADO** eventuais dividendos ou distribuições a serem pagos (seja em dinheiro ou espécie), se houver.

5. EMPRÉSTIMO DE AÇÕES PARA EXERCÍCIO DE VOTO

- 5.1.** O FUNDO poderá efetuar o empréstimo, sem ônus, dos valores mobiliários de sua carteira aos Cotistas que tiverem interesse em exercer direito de voto com relação a tais ações nas assembleias gerais das respectivas companhias emissoras, nos casos previstos e conforme as regras estabelecidas no regulamento de cada FUNDO.
- 5.2.** Caso qualquer Cotista solicite o empréstimo de valores mobiliários pertencentes ao FUNDO para exercício de direito de voto diretamente pelo Cotista em assembleias de emissores dos ativos pertencentes ao FUNDO, se permitido pelo regulamento do FUNDO, o **GESTOR** compromete-se a processar a respectiva solicitação, tomando todas as providências necessárias, inclusive a intermediação das respectivas transferências, para que o Cliente tome emprestado referido ativo pertencente ao FUNDO, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ou despesa do Cotista em decorrência de tal solicitação.
- 5.3.** Apesar de o FUNDO não cobrar taxas sobre o empréstimo de valores mobiliários para exercício do direito de voto, quando aplicável, o Cotista arcará com todas as despesas decorrentes do referido empréstimo incorridas por este ou pelo FUNDO junto à B3, bem como com eventuais taxas eventualmente cobradas pelo **GESTOR** no caso de atraso na devolução dos valores mobiliários tomados em empréstimo, os quais, caso existentes, deverão ser divulgadas pelo **GESTOR**.
- 5.4.** A informação a respeito da gratuidade do empréstimo de valores mobiliários para exercício de direito de voto, quando aplicável, não se reveste de confidencialidade, podendo ser divulgada pelo **GESTOR**, a seu exclusivo critério.

6. MATERIAIS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DO FUNDO

- 6.1.** O **GESTOR** obriga-se a:
 - (i) fornecer ao **AGENTE AUTORIZADO** todo o material publicitário e de divulgação dos FUNDOS, além dos respectivos regulamentos, respondendo pelo conteúdo e exatidão das informações ali contidas; e

(ii) informar tempestivamente ao **AGENTE AUTORIZADO** sobre alterações no material de divulgação e publicidade dos FUNDOS, bem como fornecer o novo material que o substitua.

- 6.2.** É vedado ao **AGENTE AUTORIZADO** elaborar ou distribuir qualquer material de divulgação ou publicitário do FUNDO que não tenha sido fornecido ou previamente aprovado, por escrito, pelo **GESTOR**.
- 6.3.** O **GESTOR** analisará materiais publicitários enviados pelo **AGENTE AUTORIZADO** no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 6.4.** O prazo previsto no item 6.3 será de 15 (quinze) dias úteis se o FUNDO for referenciado em índice estrangeiro.

7. REMUNERAÇÃO

7.1

8. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1.** O **GESTOR** poderá, a suas expensas, fiscalizar a execução dos serviços ora contratados, mediante prévio agendamento de dia, horário e local, com 5 dias úteis de antecedência.
- 8.2.** A fiscalização dos serviços contratados está sujeita às obrigações de sigilo bancário e confidencialidade, nos termos da cláusula 9 abaixo, as quais o **GESTOR** e o **AGENTE AUTORIZADO** estão legalmente obrigados a cumprir.
- 8.3.** Caso o **GESTOR** verifique qualquer irregularidade, o **AGENTE AUTORIZADO** compromete-se a corrigir tais irregularidades no prazo que vier a ser acordado entre as Partes, sem prejuízo da possibilidade de opção das partes pela resolução do Contrato nos termos da cláusula 12 abaixo.

9. CONFIDENCIALIDADE

- 9.1.** As partes se obrigam a manter sigilo a respeito de todas as informações não-públicas e confidenciais a que tiverem acesso em decorrência deste Contrato, nos termos da Lei Complementar nº 105/01.

10. VIGÊNCIA

- 10.1.** Este Contrato vigorará por prazo indeterminado, podendo ser denunciado, sem ônus, por qualquer das Partes, a qualquer tempo, mediante aviso escrito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 10.2.** A Parte denunciada, a seu critério, poderá dispensar a parte denunciante do cumprimento do prazo de aviso prévio.

11. CESSÃO

- 11.1.** Fica vedada a cessão ou transferência dos direitos ou obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra Parte, ressalvada a hipótese de cessão total ou parcial por qualquer das Partes a empresa pertencente ao seu respectivo conglomerado financeiro, desde que o cessionário seja devidamente habilitado perante a CVM para a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

12. RESOLUÇÃO E SUSPENSÃO

- 12.1** Este Contrato poderá ser resolvido nas seguintes hipóteses:

- (i) por qualquer Parte, mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias, no caso de descumprimento pela outra Parte de qualquer obrigação pactuada neste Contrato;
- (ii) por qualquer Parte, mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias, se a outra Parte sofrer processo de reorganização societária que coloque em risco sua capacidade financeira;
- (iii) por qualquer Parte, independentemente de aviso prévio, se a outra Parte tiver decretada sua falência, sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial, ou regime de administração especial temporária;
- (iv) pelo **GESTOR**, independentemente de aviso prévio, se o **AGENTE AUTORIZADO** sofrer vedação ou restrição, por parte da CVM, à execução dos serviços aqui previstos;
- (v) pelo **GESTOR**, independentemente de aviso prévio, se o **AGENTE AUTORIZADO** for descredenciado do Sistema de Distribuição de Valores Mobiliários a que se refere o Capítulo III da Lei 6.385/76.

- 12.2.** Na hipótese de dissolução deste Contrato, independentemente do motivo, o **AGENTE AUTORIZADO** obriga-se a, conforme permitido e se exigido por lei, após notificação pelo **GESTOR**, transferir ao **GESTOR** todos os dados e documentos cadastrais dos Clientes à época.
- 12.3.** O **GESTOR** notificará os Clientes acerca da eventual dissolução deste Contrato, de forma que eles possam tomar as medidas que julgarem convenientes.
- 12.4.** Independentemente da extinção deste Contrato, as disposições constantes das cláusulas 9 e 13 deste Contrato permanecerão firmes, válidas e exequíveis até a prescrição dos respectivos direitos que elas visam a proteger.

13. REPARAÇÃO DE DANOS

- 13.1.** As Partes obrigam-se a responder pela reparação dos danos comprovadamente causados com culpa ou dolo (i) uma à outra ou (ii) a terceiros, decorrentes da execução deste Contrato, conforme decisão arbitral e/ou judicial transitada em julgado, conforme aplicável.
- 13.2.** Estão incluídos nos danos previstos no subitem anterior os gastos e prejuízos decorrentes de condenações, multas, juros e outras penalidades impostas por leis, regulamentos, autoridades fiscalizadoras em processos administrativos ou judiciais e pela autorregulação, bem como os honorários advocatícios incorridos nas respectivas defesas, conforme determinados por decisão arbitral e/ou judicial transitada em julgado, conforme aplicável.
- 13.3.** A Reparação dos Danos poderá ser objeto de acordo extrajudicial entre as PARTES.

14. DISPOSIÇÕES DE FATCA

- 14.1.** As Partes são aderentes ao FATCA, aplicável aos serviços prestados pelas partes, de acordo com os respectivos contratos/estatutos sociais.
- 14.1.1.** Para fins do previsto nesta cláusula e no preâmbulo deste Contrato, considera-se: (i) FATCA: *Foreign Account Tax Compliance Act*, legislação dos Estados Unidos da América (EUA), objeto do Capítulo 4 do *Internal Revenue Code* e acordos internacionais ocasionalmente firmados pelo Brasil relativos ao reporte automático de informações sobre contas financeiras, bem como legislação correlata; (ii) GIIN: Número de Identificação de Intermediário Global (*Global Intermediary Identification Number*), fornecido pelas autoridades fiscais dos EUA mediante registro no portal FATCA, e (iii) Pessoa dos EUA: pessoa física residente para fins fiscais nos EUA, cidadã ou

nacional dos EUA, bem como entidade com controladores ou titulares substanciais que sejam pessoas físicas residentes para fins fiscais nos EUA, cidadãos ou nacionais dos EUA

14.2. O AGENTE AUTORIZADO será responsável, até a efetiva resolução do Contrato, por:

- (i) fazer todos os reportes exigidos pela FATCA, em relação aos Clientes, aos órgãos e autoridades competentes americanos ou brasileiros, nos termos da referida regulamentação e dentro dos limites de eventuais acordos ou tratados internacionais a respeito do assunto, celebrados pelo Brasil;
- (ii) avisar previamente o **GESTOR**, se, por qualquer motivo, tenha intenção de rescindir a adesão à FATCA;
- (iii) avisar prontamente o **GESTOR**, conforme permitido por lei, se, por qualquer motivo, tenha conhecimento de processo instaurado contra si por autoridade fiscalizadora competente que possa acarretar a rescisão da adesão à FATCA; e
- (iii) comprometer-se a empregar toda a diligência necessária para identificar os Clientes que sejam Pessoa dos EUA ou venham a se tornar Pessoa dos EUA durante a vigência do Contrato, obtendo, para tanto, junto aos Clientes, o preenchimento dos formulários, documentos e declarações pertinentes para atendimento da legislação brasileira aplicável, bem como para identificação da qualificação FATCA dos Clientes;
- (iv) manter a completude e consistência das informações cadastrais dos Clientes, de maneira exclusiva;
- (v) declarar, para todos os fins legais no Brasil e no exterior, que o **AGENTE AUTORIZADO** e nenhum de seus empregados assessoraram quaisquer investidores a evitar a aplicação do FATCA ou a evitar a identificação de contas ou investimentos para fins de FATCA; e
- (vi) caso o **AGENTE AUTORIZADO** tenha indícios de que as declarações fornecidas nos formulários são incorretas ou incompletas, ou se tornaram incorretas ou incompletas em razão de alteração nas circunstâncias de fato, ou, ainda, tenha razões para acreditar que tal(tais) Cotista(s) é(são) Pessoa dos EUA ou pessoa com indícios de Pessoa dos EUA, tomar as medidas cabíveis para a devida atualização dos formulários e declarações de FATCA.

14.3. O GESTOR é responsável por:

- (i) avisar previamente o **AGENTE AUTORIZADO**, se, por qualquer motivo, tenha intenção de rescindir a adesão à FATCA;
- (i) avisar imediatamente o **AGENTE AUTORIZADO** se, por qualquer motivo, tenha conhecimento de processo instaurado contra si por autoridade fiscalizadora competente que possa acarretar a rescisão da adesão à FATCA; e
- (ii) permanecer responsável pelas obrigações descritas neste item, até a efetiva resolução do Contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação, se houver, será realizado pela Parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

15.2. Este Contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da Parte detentora do nome ou marca que será utilizada.

- 15.3.** Fica vedada a subcontratação, parcial ou total, dos serviços objeto deste Contrato sem a prévia e expressa anuência, por escrito, do **GESTOR**.
- 15.4.** Todas as notificações e intimações entre **GESTOR** e **AGENTE AUTORIZADO** deverão ser feitas por escrito, endereçadas às suas sedes, conforme descrito no preâmbulo deste Contrato, exceção feita às trocas de informações de operacionalização e rotinas descritas na cláusula 4 deste Contrato, que deverão obedecer aos procedimentos ali previstos.
- 15.5.** Eventual mudança de endereço do **GESTOR** ou do **AGENTE AUTORIZADO** no decorrer deste Contrato deverá ser comunicada à outra Parte.
- 15.6.** As Partes não têm nenhum vínculo empregatício, de responsabilidade ou societário em relação às pessoas empregadas na prestação dos serviços objeto deste Contrato, respondendo cada Parte pelos encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados e contratados.
- 15.7.** As Partes declaram, neste ato, estarem cientes dos termos das leis e normativos que dispõem sobre atos de corrupção e outros lesivos contra a administração pública e quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, inclusive internacionais e às quais estejam sujeitas, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação às disposições contidas nestas legislações.
- 15.8.** As Partes reconhecem que este Acordo poderá ser assinado com a utilização de assinatura digital, com certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, sendo plenamente válida e aceita pelas Partes..

16. TOLERÂNCIA

- 16.1.** A tolerância de uma das Partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra Parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

17. RESOLUÇÃO DE ACORDOS ANTERIORES

- 17.1.** Este Contrato resolve e substitui os anteriores, bem como seus eventuais aditamentos, celebrados entre as Partes e que tenham o mesmo objeto.

18. FORO

- 18.1.** Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias ou disputas resultantes deste Contrato.

Este instrumento é firmado em 2 (duas) vias.

São Paulo, [--] de [--] de [--].

BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF:

CONTRATO DE AGENTE AUTORIZADO**ANEXO I – RELAÇÃO DE FUNDOS**

FUNDO	CNPJ	CONTA CORRENTE Nº
BB ETF ÍNDICE BOVESPA B3 BR+ FUNDO DE ÍNDICE RESPONSABILIDADE LIMITADA	57.848.980/0001-02	BANCO: 0001-9 - Banco do Brasil AGÊNCIA: 1769-8 CONTA-CORRENTE: 608.275-0
[...]	[...]	[indicar as contas do fundo para a liquidação de aplicações e resgates. Também indicar a conta para a qual deverão ser redirecionados valores para o recolhimento de IR.]

São Paulo, [] de [] de [].

[GESTOR]

Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF: